

ORGANIZAÇÕES EM REDE E TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO: O CASO DE UMA REDE COLABORATIVA EM FORMAÇÃO

NETWORK ORGANIZATIONS AND STRUCTURING THEORY: THE CASE OF A COLLABORATIVE NETWORK IN TRAINING

Shirlei Stock Ramos¹, Debora Bobsin²

RECEBIDO: 19/05/2018 | ACEITO: 25/07/2018

DOI: 10.5902/2317175832678

RESUMO

Este estudo de caso investigou as motivações para a formação de uma Rede Colaborativa, suas bases estruturantes, e as influências dessa Rede no contexto local, destacando o papel, na sociedade, das redes colaborativas como estratégias sociocriativas capazes de promover a Inovação Social (IS). A partir dessas reflexões, esta pesquisa destaca como a adoção de redes de colaboração influencia a IS? A relevância deste estudo é abrir um espaço de reflexão multidisciplinar, articulando bases teóricas da Teoria da Estruturação (TE) e da IS. Buscou-se trazer para a centralidade do debate o papel dos agentes e dos processos sociocriativos no desenvolvimento local. Como resultado das discussões, emerge o poder de agência. Esse poder identificado na integração social da Rede, apresentou como pressupostos legitimadores construtos relacionados à *memória, identidade e representação* de elementos culturais intangíveis vinculados tanto a história cultural local quanto aos os objetivos finalísticos da Rede. É necessário ainda esclarecer que para a TE, lente teórica escolhida para as análises, o poder de agência não é experiência individual do ator, nem qualquer forma de totalidade social, e sim “práticas sociais ordenadas no tempo e espaço” (GIDDENS,2009). Sugere-se como estudos futuros a investigação sobre o nível de consciência desses agentes sobre o poder de agência que detêm, e de como essa apropriação teórico-empírica poderia influenciar o comportamento dos agentes para maximizar o desempenho da Rede em promover a IS.

Palavras-Chave: *Teoria da Estruturação, Inovação Social; Redes colaborativas; desenvolvimento local; Economia criativa.*

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA) na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Gestão de Organizações Públicas pelo Programa de Pós Graduação em Administração da UFSM. Graduada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades pela FATEC Internacional. Formou-se em Contabilidade em nível técnico.
² Doutora em Administração pela Escola de Administração - UFRGS (2012). Professora do Departamento de Ciências Administrativas (DCA/CCSH/UFSM).

ABSTRACT

This case study investigated the motivations for the formation of a Collaborative Network, its structuring bases, and the influences of this Network in the local context highlighting the role, in society, of collaborative networks as sociocultural strategies capable of promoting Social Innovation (IS). This research highlights how the adoption of collaboration networks influences IS? The relevance of this study is to open a space for multidisciplinary reflection, articulating theoretical bases of Structuring Theory (TE) and IS. It was tried to bring to the centrality of the debate the role of the agents and the socio-creative processes in the local development. As a result of the discussions, agency power emerges. This power identified in the social integration of the Network, presented as legitimate presuppositions constructs related to the memory, identity and representation of intangible cultural elements linked to both the local cultural history and the network's final objectives. It is also necessary to clarify that for TE, the theoretical lens chosen for the analysis, agency power is not the actor's individual experience, nor any form of social totality but "social practices ordered in time and space" (GIDDENS, 2009). It is suggested as future studies the investigation of the level of consciousness of these agents about the agency power they hold, and of how this theoretical-empirical appropriation could influence the behavior of the agents to maximize the Network's performance in promoting IS.

Key Words: Structuring theory, Social Innovation; Collaborative Networks; Local Development; Creative Economy.

1 Introdução

As redes colaborativas, muitas vezes, configuram-se como estratégias sociocriativas capazes de promover a inovação social (IS). Isso acontece pois a colaboratividade da rede permite aos seus participantes a criação e o aprendizado conjunto, seja pela interação ou pelo compartilhamento de conhecimentos. A partir deste papel das redes colaborativas e de como podem auxiliar na estruturação da inovação social, salienta-se que essas redes, também, possibilitam o reconhecimento do contexto social do qual emergem. Elas são criadas muitas vezes a partir da insatisfação com o quadro socioeconômico mundial, surgindo dessas redes novos modelos de negócios, bem como processos organizacionais que articula setores e agentes econômicos e sociais (REIS, et. al. 2011).

Neste sentido, a teoria da estruturação (TE), a partir do seu olhar para a estrutura como algo formado de modo recursivo, por meio das relações estabilizadas no tempo e no espaço (GIDDENS, 2009), é a lente teórica utilizada para compreender a construção de redes colaborativas e a inovação social a partir das interações sociais que ocorrem nesta rede. A TE permite compreender as redes colaborativas e a inovação social como produto e processo do conjunto de regras e recursos que se reproduzem recursivamente. No caso desta pesquisa, os conceitos de Giddens (2009) são convergidos com a *práxis* organizacional, auxiliando na compreensão empírica, de como as estruturas sociais, em contextos específicos, se constituem e se legitimam por meio de "ação e estrutura".

Nesta perspectiva teórica este estudo propôs **identificar e analisar possíveis inovações sociais que pudessem resultar das interações colaborativas em rede**. Para tanto, partiu-se do exame de dois aspectos considerados por Giddens (2009) como relevantes para a teoria social. O primeiro refere-se dimensão tempo e espaço, ou seja, à “integração social”, observando-se nesse ponto as intersecções, estratégias e práticas de estruturação de uma rede colaborativa. O segundo aspecto, refere-se a dualidade de estrutura que contemplou à observação da “integração de sistema” no que se refere a reciprocidade entre atores ou coletividades, e como esses atores estabelecem conexão e reciprocidade para a integração social.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, na sequência, é apresentado o referencial teórico dando destaque a teoria da estruturação como abordagem teórica da pesquisa, seguida da compreensão de redes colaborativas e inovação social. Dando continuidade ao texto, se apresenta o estudo de caso analisado e os elementos metodológicos, por fim, os resultados e as considerações finais da pesquisa.

2 Teoria da Estruturação (TE)

A estrutura evidencia a reprodução social de regras e recursos, de modo que ao reproduzir continuamente as relações sociais forma estruturas estabilizadas no tempo e espaço (GIDDENS, 2009). Portanto, para o autor, o processo de estruturação envolve compreender como as estruturas se institucionalizam e se reproduzem, tornando-se práticas sociais regulares. A dualidade entre a ação e a estrutura é um aspecto chave para a compreensão dos fenômenos sociais, incorporando uma perspectiva temporal, compreendendo a ambiguidade das influências recíprocas entre indivíduos e os sistemas sociais (POZZEBON e PINSONNEAULT, 2001).

A dualidade da estrutura destaca a recursividade das práticas sociais, permitindo compreender que as propriedades estruturais dos sistemas sociais são, simultaneamente, os meios para efetivar as interações e, também, os resultados dessas interações (GIDDENS, 2009).

Figura 1. Dimensões da dualidade da estrutura



Fonte: Giddens (2009, p. 34)

Giddens (2009) representa as dimensões da dualidade da estrutura (Figura 1), as modalidades têm o papel de mediar a ação e a estrutura, e dão destaque aos esquemas interpretativos que comunicam significados, bem como os recursos (facilidades) que interferem nas relações de poder e as normas aplicadas para a sanção de comportamentos sociais (GIDDENS, 2009). As dimensões da estrutura envolvem a significação que se efetiva nos atos comunicacionais; a dominação a partir do o exercício do poder; e a legitimação que institucionaliza normas sociais.

A dualidade da estrutura é fundamental para compreender a estruturação, pois evidencia a reciprocidade existente entre a ação e estrutura, pois a estrutura é meio e resultado das interações, de modo que, as regras e recursos influenciam e são influenciadas pelas ações (GREGOR e JOHNSTON, 2000).

A Teoria da Estruturação possibilita que a presente pesquisa observe a recursividade das interações nas redes colaborativas, investigando as mesmas ao longo do tempo e observando como as ações se regularizam e se tornam recorrentes, constituindo estruturas em redes colaborativas e gerando processos de inovação social. Portanto, a TE é adotada por permitir observar as redes colaborativas e a inovação social como processos ativos e dinâmicos.

3 Redes Colaborativas

Os estudos de rede, inicialmente, se fundamentaram na estrutura relacional com base nos conceitos da sociometria, incorporando instrumentos matemáticos aos estudos antropológicos, políticos e organizacionais (FLEURY, 2011). Entretanto, ao longo do tempo, as relações e as interações sociais em rede passaram a ser explicadas por outros elementos conceituais, visto que com o avanço da internet e o surgimento da sociedade da informação, os pressupostos teóricos existentes não dão conta das complexidades das redes (CASTELLS, 2005).

Portanto, compreender o significado social do espaço e do tempo na estruturação de redes e como os atores se configuram e se reconfiguram nas interações, passou a ser um desafio de pesquisa. As redes colaborativas são compreendidas como rede de relações entre indivíduos ou grupos de indivíduos, que se baseia fundamentalmente em processos colaborativos e interações, que muitas vezes são mediadas pelas tecnologias (CASTELLS, 2005).

Ao analisar a formação e a estruturação de redes colaborativas, Fleury (2011, p. 31) destaca que “o estabelecimento de canais de comunicação entre os membros de uma rede é crucial para o desenvolvimento de valores e objetivos coletivos, uma vez que possibilita uma teia de interdependências e o fortalecimento da coordenação inter-organizacional, preservando-se assim o equilíbrio da rede”. Neste sentido, o estudo sobre redes, muitas vezes, destaca a motivação para a formação da rede, visto que se trata de uma estrutura horizontal, portanto, os valores e os objetivos das redes, são evidenciados como essenciais para sustentar as interações.

4 Inovação Social

O conceito de inovação está atrelado a solução de problemas (FLEURY, 2001). Por muito tempo, a inovação social esteve quase que exclusivamente associada ao domínio da inovação tecnológica (IT). Contudo, inovação social está voltada para o resultado de ações que gerem inovação e benefícios de caráter coletivo para a sociedade como um todo (ANDRÉ; ABREU, 2006).

O significado da IS está atrelado a um processo que se desenvolve fora do mercado e, também, sem a intervenção direta do Estado e que visa prioritariamente à inclusão social (ANDRÉ; ABREU, 2006). Verifica-se, portanto, que a IS não se relaciona apenas com a capacidade de criar novos produtos para a sociedade, mas também e, sobretudo, a novos modos de tratar, conceber e reagir às situações a que os indivíduos estão submetidos dentro da organização social.

A inovação social pode ser entendida também como uma construção histórica, uma evolução dos valores e dos arranjos organizacionais que as possibilitam. Para que produtos e processos sejam reconhecidos como IS o potencial da transformação social deve ser claramente identificado.

O conceito apresentado por Martinelli *et. al.* (2003), destaca o aumento de direitos e acessos por parte dos beneficiários da IS, e reforça o papel da IS no aumento do capital social e no empoderamento de grupos sociais. Desta forma, a IS tem sido considerada como uma importante estratégia para superar os desafios da sociedade em promover a inclusão e o desenvolvimento territorial. André & Abreu (2006) destacam que a IS é uma forma de gerar a mudança social por meio da inclusão, além de satisfazer necessidades que não são atendidas pelos setores tradicionais. Os autores ainda reforçam que a IS acarreta em mudanças nas relações de poder.

Ao delinear as dimensões da IS, André & Abreu (2006, p. 131) destacam:

Natureza: - **Essência** (o foco na mudança) - **Barreiras** (o que vai ser ameaçado com a inovação social); - **Âmbitos** (políticas, processos, e produtos através das quais se manifesta a inovação social); - **Domínios** (econômico, tecnológico, político, social, cultural, ético: onde emerge e se desenvolve a inovação social).

Estímulos: **Adversidades** (que a inovação social visa ultrapassar); - **Riscos** (que a inovação social visa mitigar); - **Desafios** (que a inovação social pretende responder); **Oportunidades** (que a inovação social procura aproveitar)

Recursos e Dinâmicas: **Recursos:** Conhecimentos e saberes, Qualificação, Informação, Comunicação. **-Capital relacional:** De proximidade geográfica: Comunidade local/ regional/nacional. Desterritorializado. **-Dinâmicas:** Institucionalização/ absorção. Mantém em quadro não institucional- gera outra inovação. Esgotamento (acaba no momento em que o problema específico se resolve). **-Travagem** – percurso coercitivamente interrompido. **Abandono** (insustentabilidade).

Relação de agência: Tipo: Instituições: Públicas/ privadas/terceiro setor/organizações/Movimentos Sociais. **Papel:** Mediadores. Inovador/adoptante. - **Relação de poder:** Hegemônicos. Não hegemônicos. (ANDRE; ABREU, 2006)

O conceito de IS tem sido considerado como uma importante estratégia para superar os desafios da sociedade em promover a inclusão e o desenvolvimento, visto que evidencia processos, produtos e metodologias voltados para a melhoria da qualidade de vida e a diminuição das desigualdades.

5 O Estudo de Caso

A presente pesquisa compreende a um estudo de caso único, em que as redes colaborativas foram compreendidas como agrupamentos em contextos específicos, com certa intencionalidade de objetivos (BOBSIN, D.; HOPPEN, N, 2014). Assim, a pesquisa, teve como finalidade compreender **como a adoção de redes de colaboração influencia a IS?**

A partir da questão central o estudo *compreendeu as motivações para a formação da rede, destacando as bases de estruturação, compreendendo como a atuação da rede influenciou a IS no seu contexto local de atuação.*

Para tanto, adotou-se como estratégia de investigação uma abordagem compreensiva, multidisciplinar e explicativa do fenômeno organizacional em rede.

5.1 A unidade de análise

A pesquisa foi realizada em uma organização coletiva, compreendida como uma rede colaborativa em fase de estruturação. O coletivo, denominado aqui como REDE, é fortemente ancorado na cultura e na diversidade. Divulga, comercializa e expõe elementos culturais diferenciais, promovendo aquilo que pode ser qualificado positivamente como singular da cidade. É uma organização estruturada em rede que surgiu em 2015 por iniciativa de moradores de um complexo cultural-patrimonial, derivado da extinta viação férrea brasileira. Esse centro histórico, era visto pela população como área abandonada e de marginalização. Apesar do tombamento pelos poderes públicos, e das sucessivas administrações municipais demonstrarem preocupação e interesse quanto ao seu valor histórico e cultural, na prática pouco se tem avançado para a revitalização e proveito do complexo patrimonial.

A escolha desta rede como unidade de análise se deu em virtude da proposta de estruturação colaborativa. Os atores sociais se mobilizaram para diversas ações culturais que buscaram reintegrar o centro histórico abandonado à dinâmica urbana da cidade, criando espaços de socialização e convívio a partir do resgate histórico e da revalorização patrimonial do complexo arquitetônico ferroviário. Os eventos públicos realizados de forma colaborativa, em formato

de um Brique, permitiram, pela primeira vez, e na perspectiva da comunidade local, uma real possibilidade de revalorização do complexo abandonado. Conforme notícias de jornais locais, os eventos públicos promovidos pela rede, chegam a atrair 10 mil visitantes por edição. Essas peculiaridades justificaram a escolha da Rede como fenômeno relevante para um estudo de caso sobre IS.

5.2 Metodologia da Pesquisa

Neste estudo de caso longitudinal (Yin, 2010), as observações duraram 24 meses. O protocolo de estudos compreendeu a organização das observações feitas na unidade de análise, do diário de campo, e dos desdobramentos da questão de pesquisa em questões que orientaram a observação. Assim, para melhor entender a complexidade do fenômeno, além das observações, foram realizadas entrevistas, com a utilização de questionários estruturados e semiestruturados. As entrevistas se desdobraram em quatro seguimentos: 1) *gestores e organizadores da Rede*, 2) *expositores* 3) *público participante dos eventos da Rede* e 4) *moradores do complexo patrimonial, lócus das ações da Rede*.

Com *gestores*, (participantes chave, equipe de apoio à organização) adotou-se uma sistemática conversacional livre em torno do tema da pesquisa e dos seus desdobramentos. Isto favoreceu a emergência de novas perguntas decorrentes da interação. O roteiro teve como base a TE e abrangeu questionamentos sobre como os atores conceberam a rede, como caracterizaram o ambiente de atuação e suas fronteiras, como definem seus papéis e como descrevem as suas atuações e interações, observando os processos de comunicação, ações e resultados da rede. Para complementar as entrevistas com os coordenadores, realizou-se a **observação** das 8 (oito) reuniões presenciais destes gestores. A observação voltou-se para o funcionamento da rede e às interações existentes, restringindo, nesse seguimento, a perspectiva do pesquisador aos problemas e às ações mais essenciais – indícios, processos e exemplos das práticas descobertas.

Com os *moradores* do complexo patrimonial, lócus das ações, buscou-se coletar informações sobre os papéis, as ações e as interações dos atores. Esta etapa foi útil para resgatar aspectos relacionados às motivações de apoio, vinculações históricas com o *lócus*, as representações sociais envolvidas e as perspectivas destes para o futuro da rede.

Com os *expositores*, o objetivo foi compreender as relações sociomateriais que ocorrem dentro da rede (entre organização e expositores), as percepções sobre as vantagens e motivações no pertencimento, os aspectos da colaboratividade e da autogestão, e também as expectativas quanto ao futuro da rede. Para complementar essas entrevistas, ocorreram 3 (três) **observações** de reuniões integradas (com todos os participantes da rede). Isso possibilitou confirmar a complexidade do campo e as observações foram fundamentadas nas teorias de metodologias participativas (BROSE, 2001 e SANTOS, 2005).

Com o *público visitante*, o objetivo foi conhecer o posicionamento da Rede enquanto alternativa de impacto social. A percepção dos visitantes foi fundamental para compreender a importância dos espaços públicos como proposta para o desenvolvimento socioeconômico da cidade.

Para as observações, utilizou-se como parâmetro um protocolo baseado na TE, já utilizado e validado por Bobsin & Hoppen (2014) para a observação de redes. Deste modo, observaram-se as notícias locais, redes sociais, documentos, legislações e todos os aspectos sociais e legais que envolveram a formação da rede no contexto cultural local e regional. Destaca-se que da observação longitudinal, resultou em uma coleta e análise concomitante derivada da recorrente necessidade de retornar à coleta de dados no decorrer da análise, assim, caracterizamos a coleta como longitudinal. Por fim, as informações coletadas a partir das diversas fontes foram sumarizadas e comparadas com base nas temáticas que emergiram das aproximações teóricas entre redes colaborativa, IS e a TE.

A Figura 2 ilustra o protocolo utilizado para observação e análise baseado no modelo, validado por BOBSIN, D; HOPPEN, N. (2014) e que balizou a análise e as discussões dos resultados.

Figura 2: Protocolo de observação e análise

Elementos da Teoria		Elementos de Observação e Análise
Dimensões tempo e espaço		Fronteiras da rede: os espaços de interação presenciais e virtuais, seus membros, entender a rede no contexto da organização, o resultado e temporalidade de suas ações.
Dualidade da Estrutura	Significação	Entendimento dos atores quanto a rede, as interações, papéis e o poder por eles exercido nas redes virtuais e na organização.
	Dominação	Observar o acesso e a distribuição dos recursos. (assimetria).
	Legitimação	O que é apropriado para o contexto de rede (Sanções ou reprovações).
	Esquema Interpretativo	Conhecimentos compartilhado pelos atores, interpretação dos eventos, comunicações e comportamentos.
	Facilidade	Recursos(materiais ou não), cargos, conhecimentos específicos, entre outros.
	Normas	Normas e regras(tácitas ou não) da rede e da organização.
	Comunicação	Elementos dos processos comunicacionais-conteúdo, discurso, simbologias e linguagens.
	Poder	Intervenções Individuais e organizacionais nas práticas e ações sociais.
Sanção	Aprovações, confirmações e medidas repressivas quanto as ações e práticas dos autores.	

Fonte: Adaptado de BOBSIN & HOPPEN, (2014).

Por fim, as informações coletadas a partir das diversas fontes foram sumarizadas e comparadas com base nas temáticas que emergiram das aproximações teóricas entre redes colaborativa, IS e a TE. Na próxima seção, serão apresentadas as análises e os elementos teóricos-contextuais a partir de uma visão compreensiva e interpretativa do caso estudado.

6. Resultados e Discussões

A seguir serão apresentados os resultados e feita a discussão do caso analisado:

6.1 Formação da Rede Colaborativa

A motivação humana pode ser considerada como um processo psicológico estreitamente relacionado com o impulso de realizar com persistência determinados comportamentos (TAMAYO, *et. al.* 2001). Assim, o comportamento é percebido como sendo provocado e guiado por metas da pessoa, que realiza um esforço para atingir determinado objetivo (PASCHOAL, 2003). Ao se analisar os discursos, os dados e os registros escritos, observou-se que as motivações para a formação da Rede, estão correlacionadas à construtos como **memória, identidade e representação** do complexo patrimonial onde ocorre os eventos da Rede. Esses três elementos estão claramente imbricados nos *esquemas interpretativos, nas comunicações e nas sanções* dos três seguimentos investigados (*moradores, organizadores e expositores*).

Para moradores, a *significação* da Rede está associada a revitalização, ao trazer de volta a circulação de pessoas, e ao despertar nas gerações atuais e futuras a história e a importância que o local teve no passado. Verifica-se aí, um sentido a ser recuperado pela Rede para sua *legitimação* sociocultural. A identidade é percebida pelo sentimento de pertencimento, tanto dos organizadores quanto dos moradores do complexo. Estes, por descendência ou herança cultural se identificam como parte do passado ferroviário e da história que o complexo patrimonial abriga.

Os expositores, por sua vez, além de oportunidade de divulgar seus produtos, buscam criar artefatos que promovam a facilidade de comercialização pelo resgate da identidade local ferroviária e de todo o conhecimento e recursos materiais ou não envolvidos nessa divulgação. Isto é verificado para além das falas, mas, também é *comunicado* por meio da iconografia averiguada em alguns produtos expostos. Destaca-se que entre os expositores, existe a percepção de oportunidade na participação. Ficou claro nas observações e nas entrevistas a intuição por parte dos expositores de que algo importante está acontecendo ali, e que se fazer presente nos dias de evento agrega valor aos produtos oferecidos.

Em todos os segmentos investigados, o aspecto da representação fica evidenciado, na tentativa de "patrimonializar o passado cultural da cidade"

e na tentativa de dotar de sentido o lugar para a valorização e conservação do "espaço". Esse espaço formado (pelas relações que ali ocorrem) não é visto como sendo dos moradores ou de expositores. Observa-se que o *esquema interpretativo* do espaço deve ser visto como um espaço público, cujas *norma* tácita é o compartilhamento dele pelos atores, onde todas as esferas podem se envolver para gerar revitalização, para execução de práticas culturais que *comuniquem* uma produção de sentido cultural e público para as ações da rede.

6.2 Bases de Estruturação da Rede

As bases externas de estruturação da Rede são parcerias que partem de um esquema interpretativo de **identidade coletiva**. Essa identificação é resgatada pela história ferroviária do município e *legitimada* pela materialidade estética do complexo patrimonial. A identidade coletiva é uma representação que se amplia até ser corroborada por toda a população (CHARTIER, 1990). Nesse sentido, Siqueira Neto (2011), ao tratar de patrimônio cultural, volta-se as representações e identidades:

Os lugares e objetos que integram o inventário do patrimônio, [...] buscam criar em vários termos, representações da nacionalidade, da cultura, da memória ou de outros valores. Não são simples reflexo da memória e cultura. São trabalhados nos processos de diferenciação e disputas sociais, construídos dentro das relações de poder, ao mesmo tempo que as produzem. [...] qualquer patrimônio mais que simples documento de um tempo passado, participa na construção de referências, às identidades individuais e coletivas.

Durante a pesquisa, observou-se um movimento, por parte do clube de diretores lojistas local (CDL), de propor ações concorrentes as operações da rede. Essa rivalização, analisada pelo viés da *dominação, sanção e poder*, não perdurou, nem demonstrou impacto nas práticas, ou nos processos de legitimação da Rede. Contudo, no viés da *dominação*, evidenciou-se conflitos de interesses que se originaram a partir da proposta de representação que se dava principalmente pela rápida construção da identidade coletiva que vinha se estabelecendo pela estruturação da Rede. Por outro lado, verificou-se, instituições parceiras em vários segmentos, como empresas, escolas, secretarias, movimentos sociais, universidades e ONG'S. Esses parceiros manifestaram a percepção de que para além de lazer e comercialização de produtos, algo importante acontece no local. Assim, na perspectiva de *facilidade, sanção e poder*, esses parceiros passam se não a partilhar, ao menos, *legitimar* os valores culturais e as proposições práticas da Rede.

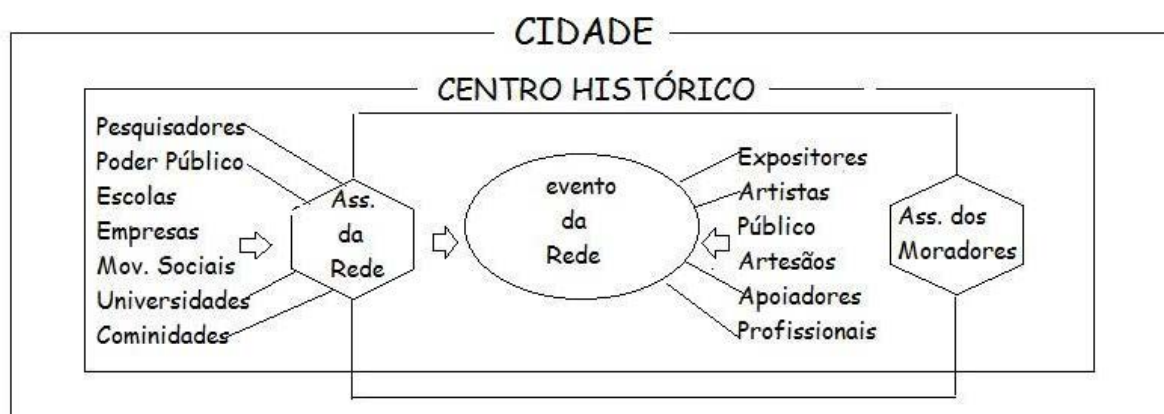
Quanto a estruturação interna, na perspectiva de tempo e espaço, a TE destaca a *presence- availability*. Essa noção de "disponibilidade de presença" é um complemento essencial da co presença. O "estar junto" da co presença

requer meios pelos quais os atores sociais possam “juntar-se” (GIDDENS, 2009, p. 144). Contudo, aponta-se que a excessiva utilização das redes sociais, para os processos de comunicação interna, prejudica o *esquema interpretativo* das questões sócio materiais que envolvem a continuidade da rede. Observou-se que a virtualidade das ações de comunicação, imprime nos membros a noção de que a finalidade última da Rede é apenas a realização dos eventos públicos bem-sucedidos. Isso limita preocupações sociomateriais dos membros em relação a responsabilidades, como, por exemplo, a necessidade de se pensar nos custos e no planejamento para continuidade e legitimação. A interação com o público visitante, fora dos momentos presenciais nos dias de evento, se dá exclusivamente por meio de redes sociais e por ser menos complexa demonstra ser efetiva e eficiente.

Analisando-se de modo amplo a dualidade de estrutura, fica evidenciada a fluidez das relações de poder. A designação de tarefas e a iniciativa de ações que contribuam para o objetivo da Rede, não são percebidas pelos participantes como hierarquizadas, ou de caráter individual. Isso sinaliza o caráter autogestionário da Rede. Contudo, destaca-se forte percepção quanto a assimetria de recursos, no que se refere a distribuição dos espaços físicos para “stands” nos dias de evento. Os expositores mais antigos ou mais ativos, acabam por ter espaços considerados mais privilegiados, ou seja, mais acessíveis ao público visitante. Assim, as relações de *dominação*, quando existem, se estabelecem pelo nível de participação e cumprimento de *normas*, atividade e tempo de permanência na Rede.

A Figura 3 sintetiza a posição da rede no contexto municipal e situa as interações sociais que estabelecem entre os atores.

Figura 3: Estruturação da Rede



Fonte: Elaborada pelas autoras (2017).

O dualismo “indivíduo e sociedade” para Giddens (2009), em particular, é reconceituado como dualidade de agência e estrutura. A TE, assinala que *estrutura, sistema e reprodução social*, definem *regionalização*. Esse conceito é útil porque começa apontando o caminho como os interesses dos agentes se entrecruzam com o estudo de sistemas sociais estendidos sobre vastos lapsos de tempo e espaço (GIDDENS, 2009, p. 191). Assim, após compreendidas essas relações para o autor, o passo seguinte, consiste em observar em maior detalhe o conceito de sociedade. Nesse sentido, a Figura 2 procurou sintetizar as relações entre “indivíduos”, de modo situado e contextualizado, como agentes reflexivos, ligando reflexividade com posicionamento e co presença, para balizar a discussão do impacto da Rede na IS.

6.3 Influências da Rede Colaborativa no contexto local e na Inovação Social

“Sociedades” são sistemas sociais que se constituem de uma série de relações sistêmicas [...] destacam-se porque princípios estruturais definidos servem para produzir um “aglomerado de instituições” globais através do tempo e espaço (GIDDENS, 2009, p. 194). Acrescenta-se ainda como princípio, a existência de elementos normativos que envolvem a pretensão de legítima ocupação do local. Os modos e estilos de tais pretensões de legitimidade podem, é claro, ser de muitos tipos, e ser contestados em maior ou menor grau. Durante as observações, verificou-se uma nascente mobilização em torno de negócios criativos, exemplificados pela reforma de um imóvel abandonado que foi leiloadado pelo poder público, adquirido pela iniciativa privada e posteriormente reformado para a inauguração de um espaço cultural, denominado “mercado público” que busca fomentar atividades culturais e economia criativa no município. Também, observa-se o surgimento de pequenos negócios pioneiros, um ateliê de esculturas e uma galeria de arte, todos voltados para a área criativa em imóveis antes desocupados do centro histórico. Além disso, foi possível observar outras iniciativas em direção a resignificação e ocupação de espaços públicos, como por exemplo, a realização de uma feira gastronômica, com exposição de produtos criativos e artesanato local em outra praça pública da cidade. E ainda, uma iniciativa paralela, de realização de um outro Brique (com características semelhantes ao original), por membros da Rede, em um bairro periférico da cidade.

Assim, a influência da Rede na Inovação Social, revelou-se preponderante na cidade e nas localidades próximas. Observou-se nas reuniões ampliadas, tentativas de artesãos de localidades vizinhas em promover eventos semelhantes em suas localidades, “levando a iniciativa” para outros lugares. Esses impactos foram verificados tanto na consciência prática, expressos na inspiração para outras ações sócio criativas na cidade, quanto na consciência discursiva expressa no projeto de lei que tramitou na câmara em caráter de prioridade. Portanto, pode-se afirmar que há evidências factuais de que

as ações da Rede influenciaram ou aceleraram processos que podem ser entendidos como Inovação Social. Contudo, é válido esclarecer, segundo a TE, que considerando a reflexividade e a reprodução social, os indivíduos podem estar cômicos de pertencer a uma coletividade determinada sem concordar em que isso seja necessariamente correto e apropriado (GIDDENS, 2009, p.194).

6.4 Como a Inovação Social se estruturou a partir de uma Rede Colaborativa?

Revela-se como principal fator de estruturação e contribuição para a IS, **o poder de agência** constatado na estruturação da Rede. Para Giddens (2009), ser agente pressupõe ser capaz de exibir (cronicamente, no fluxo da vida cotidiana) uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. Deste modo, aponta-se, nesta pesquisa, para a reapropriação do centro histórico como espaço público. Essa reapropriação se dá principalmente pelo segmento de cidadãos visitantes do Brique, mas também é preciso considerar a legitimação, pactuação de normas tácitas e implícitas que orientam a participação de expositores, artistas e entidades culturais que passaram a oferecer atividades e produtos no centro histórico. Em todas as observações, feitas nos Briques da Rede, sempre se verificou uma variedade de produtos artesanais, culturais e gastronômicos, ofertados aos visitantes, entretanto, mais do que materialidade, representada por esses produtos, verifica-se que o Brique promovido pela Rede é também feito em grande parte de sociabilidades e esquemas interpretativos compartilhados que envolve a diversidade de atores. A sociabilidade é conceituada neste estudo, como “processos interativos, representativos e simbólicos, relacionados às experiências vividas que constroem interações de rua, enquanto espaço de vida pública (LEITE, 2008, p.24).

Para se compreender esse processo específico de sociabilidade, é necessário retomar a informação de que inúmeras iniciativas, inclusive de tombamento patrimonial, buscaram revitalizar o centro histórico, contudo, nenhuma ação anterior promoveu maior participação social do que a verificada no Brique. Para Giddens (2009) o poder de agência, depende da capacidade de “se criar uma diferença” em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistentes. Deste modo, destaca-se que o poder de agência da Rede se diferencia das tentativas anteriores de reordenamento estético ou valorização cenográfica. O elemento novo, que acaba por dar suporte a Inovação Social é evidenciado nas novas conexões lógicas entre *significação*, *legitimação*, *comunicação* e *poder*. Para Giddens (2009), embora as ramificações destes construtos sejam complexas, ao se estudar a dualidade de estrutura, a relação básica entre eles pode ser facilmente apontada. Assim, verifica-se como estratégia da Rede **a invocação da memória coletiva**, que na visão de Le Goff (2006) é um instrumento e objeto de poder.

Vale a pena enfatizar esse ponto porque as concepções de poder nas ciências sociais tendem, de acordo com Giddens (2009), a refletir o dualismo de sujeito e objeto. Na TE, a dualidade das estruturas de poder não se caracteriza por tipos específicos de conduta, mas toda a ação e o poder, não é em si mesmo um recurso. Os recursos são veículos através dos quais o poder é exercido, como um elemento rotineiro da exemplificação da conduta na reprodução social (GIDDENS, 2009, p. 18). Portanto, mesmo que de modo intuitivo, a invocação, comunicação e sanção da memória coletiva são usadas de forma eficiente pela Rede. Essa estratégia não só sustenta o poder de agência como também confere os meios legítimos de estruturação enquanto organização social. Essa integração alavanca e possibilita e *facilita* a Inovação Social resultante das interações da Rede na sociedade local.

7 Considerações Finais

Ao se analisar, pelas lentes da TE (GIDDENS, 2009), a experiência de estruturação de uma Rede colaborativa, utilizou-se o protocolo de observação adaptado e validado por BOBSIN, D; HOPENN, N (2014). Por meio deste instrumento foi possível compreender os impactos que a Rede apresentou no contexto de desenvolvimento local.

Assim, considerando as categorias analíticas de “tempo e espaço e “dualidade de estrutura”, bem como suas subcategorias de análise, não se pode deixar de mencionar a originalidade e o impacto das ações de inovação social da Rede estudada. Destaca-se que as concepções anteriores de revalorização do complexo patrimonial pautaram-se em estratégias de valorização cenográfica. As experiências anteriores, visaram, a priori, promover um reordenamento estético para fins imobiliários, comerciais ou turísticos, entendendo o patrimônio como um mecanismo/recurso de ordem utilitária.

Conclui-se que a Rede estudada, mesmo que de forma intuitiva atuou com uma lógica diversa, pois, concebeu a proposta de reintegração do centro histórico à dinâmica urbana da cidade, na perspectiva de categorizar o patrimônio como mecanismo simbólico, identitário, e cultural, pautando-se na construção de *esquemas interpretativos* e artifícios de legitimação que promovessem a resignificação das tradições e identidades locais como base de estruturação.

Assim, se as propostas anteriores buscaram recuperar o campo da materialidade estética, a proposta da Rede buscou resgatar rituais culturais e as possibilidades de transformação do espaço simbólico que são bens intrinsecamente intangíveis. Naturalmente, esse tipo de categorização trouxe e trará também vantagens de ordem utilitárias, como novos investimentos e valorização imobiliária. Ao se resgatar a reflexão de que o diferencial de uma rede colaborativa é o quadro de coexistência entre o universo simbólico e o mundo concreto que pode transmutar a criatividade em catalisador de valor econômico (REIS *et al*, 2008), verifica-se que esse diferencial apresentado pela

rede colaborativa, alinha-se às condições e premissas de uma abordagem de economia criativa e inovação social.

A Rede Colaborativa investigada pode ser vista como uma Inovação Social à medida que é um método-estrutura que estimula e potencializa outras ações de Inovação Social no contexto local e regional, como foi verificado no caso estudado. Para André & Abreu(2006), a IS pode ser compreendida como resposta nova e socialmente reconhecida, visando e gerando a mudança social, [...] capacitando os agentes e desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa nas relações de poder. Também para Giddens (2009), ser capaz de “atuar de outro modo”, significa ser capaz de intervir no mundo. Neste ponto, reside, portanto, o potencial de agência que foi identificado na Rede estudada.

Deste modo, sugere-se como estudos futuros a investigação sobre o nível de consciência desses atores sobre o poder de agência que detêm, e de como essa apropriação teórico-empírica poderia influenciar os comportamentos dos agentes para maximizar o desempenho da Rede em promover a Inovação Social que foi percebida neste estudo.

Referências

- ANDRE, I; ABREU, A. Dimensões e espaços da Inovação Social. **Revista Finisterra**, XLI, Lisboa/Portugal, n.81, p. 121-141, 2006.
- AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA MARIA (ADESM). Sítio eletrônico. Disponível em: <http://adesm.org.br/santa-maria>. Acessado em 14 de Jul de 2016.
- BOBSIN, D.; HOPPEN, N. The Structure of Organizational Virtual Networks. In: Lapo Mola; Ferdinando Pennarola; Stefano Za. (Org.). From Information to Smart society: Environment, Politics and Economics. 1eded.Heidelberg: Springer, 2014, v. Único, p. 19-30.
- BOBSIN, D.; HOPPEN, N. Estruturação de Redes Sociais Virtuais Organizacionais: um Estudo de Caso. *Revista de Administração (FEA-USP)*, v. 49, p. 339-352, 2014
- BRUNO, A. C. M.; FILIPECKI, A. T. P.; Carla Bretas; Calil, M R; Maranhão, S A C L. Mapeamento da produção de conhecimento em economia criativa. **Revista Design, Inovação e Gestão Estratégica - REDIGE**, v. 2, p. 305-342, 2011.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.
- CASTELLS, M., CARDOSO G. (2005). *A sociedade em rede: Do conhecimento a ação política*. Imprensa Nacional. Casa da Moeda.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; *passim*.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Estratégia Europa 2020*. Disponível em: http://ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm
- FLEURY, S.; OUVENEY A.M. *Gestão de redes: A estratégia de Regionalização de política de saúde*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2007. 204 p.
- FLEURY, S. *Observação de inovação social*. Buenos Aires; Argentina: 2001.
- GIDDENS, A. *A constituição da Sociedade*. Tradução Álvaro Cabral. – 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003, 5. Edição.

- LEITE, Rogério Proença (org.) **Cultura e vida Urbana: Ensaios sobre a cidade**. São Cristovão: Editora; UFS, 2008 p.129-144
- MARTINELLI, F, MOULAERT, F; SWYNGEDOUW, E; AILENEI, O. Social innovation, governance and community building. **Singocom**, 2003. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf.
- Pozzebon, M., & Pinsonneault, A. (2005). Challenges in conducting empirical work using structuration theory: learning from IT research. *Organization Studies*, 26(9), 353-1376.
- PASCHOAL, Tatiane; Alvaro Tamayo ; A relação da motivação para o trabalho com as metas do trabalhador. RAC. Revista de Administração Contemporânea (Impresso), v. 7, p. 33-54, 2003.
- REIS A.C.F, KAGEYAMA P. (orgs). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural; Garimpo de Soluções,2008.
- SANTA MARIA. RS. Câmara Municipal de Vereadores. **Projeto de Lei nº 8329/2015PL**. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/Projeto-de-Lei/2015/1/0/7294>. Acesso em 14 de jul de 2016.
- SIQUEIRA NETO, M. Marcionilo. Sob o véu do patrimônio cultural: uma análise dos processos de tombamento em Pernambuco (1979-2005). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em memória social e patrimônio cultural. UFPEL, 2011, p. 15 et seq.
- SANTOS, A. D. dos. Metodologias participativas: Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- BROSE, Markus. Metodologia participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- TAMAYO, A. et al. Prioridades axiológicas e comprometimento organizacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 17, p. 27-35, 2001.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.